



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

### **Setor de Licitação**

**Processo Licitatório nº 105/2022 - Pregão Eletrônico nº 058/2022**  
**Registro de Preço nº 036/2022**

### **TERMO DE APRECIÇÃO**

#### **I. Do Recurso**

Trata-se de recurso interposto por QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 105/2022, Pregão Eletrônico nº 058/2022, RP nº 036/2022, cujo objeto é a aquisição de materiais específicos para realização de curativos, visando atender à demanda de pacientes com feridas cadastrados e atendidos nas Unidades de Saúde da Família, nos Postos de Saúde das Zonas Rurais e no Ambulatório Municipal no Centro Regional de Saúde "Santuário", registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 10/10/2022.

Alega a recorrente, em apertada síntese, que a empresa teria sido desclassificada por não apresentar parte da documentação constante nos itens 8.7.2 e 8.7.4 do edital de licitação. Contudo, a documentação de habilitação apresentada estaria em conformidade com as exigências contidas no edital e seus anexos, bem como que, conforme relatório dos documentos de habilitação vinculados ao edital 105/2022, na data e hora do processamento no sistema (05/10/2022 às 16:39:04), a licitante, através do usuário José Silverio Horta Alves Pinto, apresentou toda documentação solicitada em edital.

Exsurge a recorrente contra decisão do pregoeiro que a inabilitou em função da não apresentação de documentação exigida em edital de licitação, apresentando em suas razões de recorrer apenas alegações quanto ao protocolo dos documentos na plataforma do pregão eletrônico – BBMNET, notadamente através de *print* de quadro com identificação dos documentos anexados.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida, especialmente para reconsideração quanto à sua inabilitação.

Em síntese, é o relatório.

#### **II. Da admissibilidade**

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 06/10/2022 (segunda-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e dos itens 10.20.14 e 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 11/10/2022 (terça-feira), vindo a findar-se em 14/10/2022 (sexta-feira), considerando feriado do dia 12/10/2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado pela licitante QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. na data de 14/10/2022, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

Outrossim, em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13.1.2 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 17/10/2022 (segunda-feira), vindo a findar-se em 19/10/2022 (quarta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, nenhum licitante apresentou contrarrazões para combater o mérito do recurso interposto pela licitante QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

### III. Do mérito recursal

Aduz a recorrente que sua inabilitação quedou-se em função de ausência de documentação exigida em edital, apresentando como único argumento de recorrer o fato de ter protocolizado na plataforma da BBMNET todos os documentos necessários à sua habilitação, insurgindo a recorrente contra a decisão que a inabilitou nos itens 01, 07, 12 e 16 do processo em epígrafe.

Primeiramente, cumpre pontuar as razões de inabilitação da recorrente expostas em Ata lavrada no dia 06/10/2022, bem como evidenciadas no chat da sessão eletrônica realizada em mesma data:

A documentação de habilitação da licitante QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. – ME foi conferida e estava em desconformidade com o Edital, sendo declarada sua INABILITAÇÃO, ante os seguintes fundamentos: a) Deixou de apresentar registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde e/ou comprovante de publicação no Diário Oficial da União – DOU apto para os itens (07 e 16), em desconformidade com item 8.7.4 do edital (registros apresentados para os itens não atendem especificação técnica); b) Deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica apto a comprovar fornecimento de itens similares aos adjudicados.

Nota-se que a decisão de inabilitação exarada pelo Pregoeiro quanto aos itens 07 e 16, em nenhum momento indicou a “ausência” de documentação. O fundamento da decisão restou embasado em razão da “não apresentação de documento apto”.

Da mesma forma, em sessão pública de continuidade, realizada de forma virtual em 10/10/2022, a manutenção da inabilitação da empresa QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. – ME para fins de recebimento de itens de repasse (itens 01 e 12) quedou-se pelos mesmos motivos:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

A documentação de habilitação da licitante QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. já havia sido conferida e estava em desconformidade com o Edital, sendo declarada INABILITADA em relação aos itens de repasse (itens 01 e 12), ante os seguintes fundamentos: a) Deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica apto a comprovar fornecimento de itens similares aos adjudicados.

Novamente restou ululante que o fundamento da decisão de inabilitação está transcrito no fator "não apresentação de documento apto" a comprovar os requisitos de habilitação. Em momento algum a decisão se pautou na "ausência" ou "não envio" de documentação.

Pois bem.

Os documentos apontados como inaptos a comprovar os requisitos de habilitação previstos em edital tratam-se de documentos de qualificação técnica, conforme exigência do item 8.7 do edital:

#### 8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DECLARAÇÕES

(...).

8.7.2. Atestado de Capacidade Técnica, que comprove já ter fornecido os produtos da natureza do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais.

(...)

8.7.4. Registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde e/ou comprovante de publicação no Diário Oficial da União – DOU.

Os documentos de qualificação técnica foram analisados por servidor técnico capacitado. Registra-se, conforme já informado em Ata de sessão pública, que a análise da documentação de qualificação técnica (itens 8.7.1, 8.7.2, 8.7.3 e 8.7.4) foi realizada com o assessoramento do enfermeiro lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Sr. Hélio Martins do Nascimento Filho, que emitiu relatório anexado ao processo.

No teor do relatório de análise de documentação técnica emitido observa-se que os documentos "Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA" e "Atestado de Capacidade Técnica" foram reprovados em função de, respectivamente, "não atender a especificação técnica do item" e "não comprovar o fornecimento de itens similares aos adjudicados". Conforme se observa dos relatórios abaixo colacionados, tanto na análise inicial, quanto na análise para recebimento de itens de repasse, a documentação de qualificação técnica foi considerada inapta a preencher os requisitos de habilitação. Senão, vejamos:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

Item 13: Apresentou Autorização de Funcionamento expedida pela Anvisa, o Atestado de Capacidade Técnica, o Alvará de Licença Sanitária e não apresentou o Registro do Produto na ANVISA e portanto o mesmo foi reprovado;

Item 14: Apresentou Autorização de Funcionamento expedida pela Anvisa, o Atestado de Capacidade Técnica, o Alvará de Licença Sanitária e não apresentou o Registro do Produto na ANVISA e portanto o mesmo foi reprovado;

#### 4) INDAPARMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME

Item 06: Apresentou Autorização de Funcionamento expedida pela Anvisa, o Atestado de Capacidade Técnica, o Alvará de Licença Sanitária e o Registro do Produto na ANVISA e o produto foi aprovado;

Item 12: Apresentou Autorização de Funcionamento expedida pela Anvisa, o Atestado de Capacidade Técnica, o Alvará de Licença Sanitária e o Registro do Produto na ANVISA e o produto não foi aprovado por apresentar em sua composição hidrofibra e alginato de cálcio.

#### 5) QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

Item 07: Apresentou Autorização de Funcionamento expedida pela Anvisa, o Alvará de Licença Sanitária; o Atestado de Capacidade Técnica não atendeu exigências editalícias por não especificar os itens fornecidos; e o Registro do Produto na ANVISA, mas foi reprovado por que o produto não atendeu à dimensão descrita e apresentou prata em sua composição.

Item 16: Apresentou Autorização de Funcionamento expedida pela Anvisa, o Alvará de Licença Sanitária; o Atestado de Capacidade Técnica não atendeu exigências editalícias por não especificar os itens fornecidos e o Registro do Produto na ANVISA, mas o produto foi reprovado por não atender as especificações técnicas descritas.

Conselheiro Lafaiete, 06 de outubro de 2022.

Hélio Martins do Nascimento Filho  
Enfermeiro Especialista  
COREN - MG 14411

Hélio Martins do Nascimento Filho  
Enfermeiro Secretaria de Saúde

### ANÁLISE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA 2º REPASSE PREGÃO 058/2022 – PROCESSO 105/2022

#### 1) QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

Item 01: Apresentou Autorização de Funcionamento expedida pela Anvisa, o Alvará de Licença Sanitária e o Registro do Produto na ANVISA apto; mas o Atestado de Capacidade Técnica não atendeu exigências editalícias por não especificar os itens fornecidos; portanto, a licitante foi reprovada.

Item 12: Apresentou Autorização de Funcionamento expedida pela Anvisa, o Alvará de Licença Sanitária e o Registro do Produto na ANVISA apto; mas o Atestado de Capacidade Técnica não atendeu exigências editalícias por não especificar os itens fornecidos; portanto, a licitante foi reprovada.

Conselheiro Lafaiete, 07 de outubro de 2022.

Hélio Martins do Nascimento Filho  
Enfermeiro Especialista  
COREN - MG 14411

Hélio Martins do Nascimento Filho  
Enfermeiro Secretaria de Saúde



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consistiu apenas em informar a apresentação regular dos documentos de habilitação, sem adentrar no mérito da aptidão dos documentos apresentados para cumprimento de especificidades exigidas em edital para cada item do processo.

Respeitado o entendimento contrário, não há condições de se acolher a tese recursal, porquanto decorrente de erro na interpretação dos fundamentos de inabilitação registrados pela Pregoeira em substituição.

O deslinde da controvérsia recursal perpassa, necessariamente, no entendimento – e bem assim na diferenciação – de que o fundamento da inabilitação não está na ausência de documentos de habilitação, mas sim, na inaptidão dos documentos apresentados, que não se mostraram hábeis a comprovar as exigências editalícias e/ou especificidades de itens licitados.

Conforme se infere do relatório de análise da documentação técnica, notadamente os documentos exigidos nos itens 8.7.2 e 8.7.4, foram reprovados pelo servidor técnico por não atenderem aos requisitos editalícios.

Assim sendo, face ao atendimento integral às regras aplicáveis constantes do instrumento convocatório, não há que se falar em vício na análise e julgamento de habilitação da licitante QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA., tornando mister a manutenção de sua INABILITAÇÃO.


Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar sua reforma, deve ser mantida a decisão recorrida.

#### IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, a Pregoeira em substituição resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa QUALITY COMMERCE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 21 de outubro de 2022.

  
**Isabella Gomes de Vargas e Lima**  
Pregoeira em substituição

